ACTA Nº 15/2006**Data da reunião ordinária: 17-07-2006****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9.30 horas****Términus da reunião: 12.20 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

Luis Filipe Mesquita Boavida
João José Pescador de Matos Fanha Vieira
Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Ezequiel Soares Estrada
Maria João Gil dos Santos Grácio
Henrique dos Reis Leal

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Laura Maria Faria Vergamota**Cargo:** Chefe de Secção**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 14 -07 - 06****Operações Orçamentais: 785.941,00****Operações não Orçamentais: 62.615,11**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Após a aceitação das inscrições do público, nos termos do n.º 2, art.º 6.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, aos seguintes munícipes:

- 1 - Sr. Rui Manuel Feijão Galinha, morador na Rua Alexandre Herculano, no Entroncamento, a apresentar novamente à Câmara a questão do parque infantil da urbanização da Quinta do Bonito.

- O munícipe manifestou mais uma vez, a sua preocupação, dado considerar este parque impróprio para ser utilizado por crianças, devido aos riscos em termos sanitários (falta de mudança de areia) e de segurança, com os equipamentos a funcionar em condições deficientes, que poderão provocar ferimentos nas crianças que o frequentam.

- O Vereador Sr. João Fanha Vieira, informou o munícipe ter-se já deslocado ao local, acompanhado de técnicos da Autarquia, e verificaram que, em relação aos equipamentos, não foram detectadas deficiências, quer ao nível de qualidade, quer ao nível de segurança.

- Referiu, ainda, que a manutenção de todos os Parques Infantis do concelho é uma das preocupações da Câmara, que tem disponibilizado funcionários para proceder à limpeza regular e a pequenas reparações, embora, neste parque em particular, se verifique muita falta de civismo por parte dos donos dos canídeos que os levam ali a fazer as suas necessidades.

- O Exmo. Presidente referiu que a Autarquia irá cumprir a Lei.

- 2 - Sr. Armindo Soares da Silva Barbosa, residente na Urbanização Quinta do Bonito, no Entroncamento, que apresentou os seguintes assuntos:

- a) Questionou se, em relação à obra a decorrer no n.º 19 da Rua 20 de Junho de 1991, houve alguma alteração à Lei para que a mesma fosse licenciada.

- b) Manifestou a sua apreensão pela falta de pavimentação por parte da empresa que efectua as canalizações de gás. Pensa que também deveria ser colocada sinalização adequada à medida que as obras de pavimentação decorrem.

- Quanto à primeira questão, o Exmo. Presidente informou o munícipe que vai ter o cuidado de analisar o assunto e dará uma resposta em conformidade.

- Em relação à segunda questão, o Exmo. Presidente informou que a reposição de pavimentação é da responsabilidade da Tagusgás durante 2 anos, embora os serviços da Autarquia estejam constantemente a acompanhar as obras. Espera que o problema não demore muito a ser resolvido.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

-1 – EXMO. PRESIDENTE

- a) - O Exmo. Presidente propôs que a Reunião Ordinária do dia 21 de Agosto, se realize no próximo dia 28 de Agosto, com início às 9.30 horas.

- A Câmara Concordou.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

- b) – Seguidamente, o Exmo. Presidente informou que a Comissão da Região de Lisboa e Vale do Tejo visitou, no passado dia 10 de Julho, a Praça Salgueiro Maia e o Parque de Estacionamento subterrâneo, tendo-se mostrado bastante satisfeita com a requalificação efectuada.

- c) – Continuando, o Exmo. Presidente informou que o assunto da providência cautelar do Sr. Rui Manuel Feijão Galinha foi indeferido.

- d) – Para finalizar, o Exmo. Presidente distribuiu cópias aos Srs. Vereadores de uma informação da Chefe de Secção D.^ª Lurdes Santos, sobre o assunto “Acta n.º 13/2006, de 19/06/06 – Empréstimo para Saneamento Financeiro”, referindo esperar que o assunto se encontre resolvido, dado que o mesmo provocou grande incómodo junto das funcionárias do Serviço de Actas, pela falta de confiança demonstrada pelos Vereadores Srs. Ezequiel Estrada e Alexandre Zagalo.

- Os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada informaram então que, tendo, na altura, ouvido a gravação em causa, em conjunto com duas funcionárias dos serviços de actas, não detectaram a frase sobre a qual impendiam as dúvidas suscitadas, pelo que questionaram se o Sr. Presidente teria afirmado algo que contrariava a Lei.

- Confirmam que, efectivamente, foram, de imediato, contactados pelos serviços para ouvirem a gravação, mas não tiveram qualquer disponibilidade para tal.

- No entanto, querem deixar aqui expressa a sua total confiança na palavra e competência das Sr.as funcionárias, facto que nunca esteve em causa.

- 2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

- Apresentou a seguinte proposta:

- “Os Vereadores do Partido Socialista propõem Homenagem Pública ao Entroncamentense abaixo indicado, pela forma notável e meritória como, ao longo de várias décadas, desempenhou as funções de jornalista desportivo, evidenciando sempre uma disponibilidade total, capacidade técnica e conhecimento fora de comum que, associados à sua maneira de ser – franca, honesta e frontal – ao seu dinamismo e fácil trato, lhe permitiram um desempenho superior, dignificando deste modo não só a imprensa desportiva, mas também o Entroncamento, cidade que sempre amou e prestigiou.

- Jornalista voluntarioso e metódico, de percepção rápida dos problemas, com elevada capacidade de trabalho e grande criatividade, a sua actividade foi modelada no sentido de bem informar os seus leitores.

- Cidadão de referência, contribuiu também de forma relevante para o desenvolvimento e melhoria das condições de trabalho dos jornalistas portugueses, colaborando de forma exímia, tanto na transição para a democracia, como na criação de uma imprensa verdadeiramente livre e independente.

- No exercício das suas funções de jornalista, procurou sempre soluções que optimizassem os meios existentes, recorrendo sempre que possível a sistemas de informação que permitissem uma melhoria dos processos de trabalho e uma gestão mais eficaz dos recursos, conseguindo ainda, através do seu dinamismo e liderança, ultrapassar as barreiras da inércia e da resistência à mudança.

- Para além do excelente desempenho demonstrado no cumprimento das suas funções, este distinto cidadão entroncamentense apresentou sempre uma vincada personalidade, disponibilidade, acentuado espírito de colaboração, bom senso e ponderação na resolução dos problemas em que estivesse em causa a coisa pública, não se poupando a esforços na defesa intransigente dos interesses superiores do Entroncamento, pelo que é de toda a justiça que a Câmara Municipal do Entroncamento reconheça publicamente os seus serviços como muito meritórios e merecedores de pública homenagem, apontando como exemplo a seguir, o:

- Munícipe – Antero Fernandes”

- O Vereador Sr. Henrique Leal interveio, dizendo que está de acordo com esta proposta, sendo que a votação deverá ser secreta.

- Pensa que a melhor altura para esta homenagem é o dia do aniversário do concelho.

- O Exmo. Presidente informou que já falou com o Dr. José Eduardo, ex-Vereador, para podermos contar com a presença do Sr. Secretário de Estado do Desporto no evento.

- O Vereador Sr. Alexandre Zagalo referiu que esta é uma proposta do Partido socialista; quanto ao timing deverá ser o melhor.

- Após admitida e discutida esta proposta, foi pelo Exmo Presidente colocada à votação por escrutínio secreto, tendo-se verificado que saíram da urna 6 votos a favor e 1 voto em branco, pelo que foi esta proposta aprovada por maioria.

- 3 – VEREADOR SR. EZEQUIEL ESTRADA

- Leu as seguintes intervenções:

- a) -«Os Vereadores Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada, eleitos democraticamente para defender os interesses dos munícipes do Entroncamento e neste propósito, os trabalhadores da Câmara Municipal do Entroncamento, solicitaram por duas vezes ao Sr. Presidente que lhes facultasse documento elucidativo, quanto ao acordo que o Sr., afirmou ter efectuado com a ADSE. Até à data o mesmo não nos foi facultado e estava em causa uma dívida, à referida Instituição, acima dos 300 mil € que poderá colocar em causa a funcionalidade do subsistema de Saúde aos Funcionários. Voltamos a referenciar a (Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alínea s) do nº 1 – Artº 68º, que nos permite por direito, ter acesso à referida informação.»

- b) - «Sr. Presidente

- Os Vereadores Ezequiel Estrada e Alexandre Zagalo, não podem deixar de comentar e solicitar um respeitoso e devido esclarecimento à população do

Entroncamento, quanto a uma notícia publicada no jornal regional “O Mirante” que na contra capa da sua edição de 05 Jul 2006, dá como título “Câmara do Entroncamento equilibra finanças com empréstimo”. Ou a noticiarista desconhece a realidade financeira desta Autarquia, ou este título, deveria constar na página “O MIRANTE COR-DE-ROSA”, assim, recomendamos à noticiarista que consulte a acta n.º 13/2006 de 19-06-2006: pág. 4 – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS, ponto 2, último parágrafo. Nota do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças (- As dificuldades conjunturais também se reflectem na autarquia, cujos recursos financeiros pouco mais cobrem do que as necessidades de funcionamento.

- Neste cenário, não se vê outra possibilidade de pagar ao empreiteiro, que não seja o recurso a um financiamento bancário, na modalidade de saneamento financeiro, utilizando para o efeito o plafond que coube ao município no rateio efectuado pela DGAL e que é de 465.810 € e que assim cumpre o nº 2 do artigo 25º da LFL).

- Lembramos que a prestação de contas de 2005, apresentava:

- Divida	Valor
- A médio e longo prazo – (empréstimos bancários)...	7.073.007,26 €
- Divida total.....	12.526.539,61 €»

- c) -«Sr. Presidente, solicitaram no dia 19-06-2006, os Vereadores Ezequiel Estrada e Alexandre Zagalo que lhes fossem facultados, mapas discriminativos por fornecedor, contendo informação actualizada à data, quanto ao Endividamento – Outras Dividas a Terceiros (Fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado c/c, outros credores e actual situação de empréstimos Bancários a médio e longo prazo.

- Na reunião do dia 03-07-2006 e conforme acta n.º 14/2006, o Sr, (retorquiu que poderá ter havido alguma falha dos serviços, mas se tal se verificou, ser-lhes-à entregue dentro do prazo de 10 dias). Como tal não se verificou, voltamos a solicitar de acordo com a Lei, não abdicando dos nossos direitos e em nome da população que nos elegeu, a referida documentação.»

- Quanto a estas questões, o Exmo. Presidente informou:

- a) – Em relação à documentação referida pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista, os documentos sobre o assunto foram já entregues, embora se tenha efectivamente verificado um lapso no seu envio, o que foi posteriormente rectificado.

- b) – Quanto à notícia veiculada pelo Jornal “O Mirante”, o Exmo. Presidente referiu que não irá fazer nenhum desmentido, porque não é seu hábito.

- 4 – VEREADOR SR. HENRIQUE LEAL

- a) - Reportando-se à intervenção do município Sr. Armindo Barbosa, o Vereador Sr. Henrique Leal referiu que a Tagusgás pode fazer o que entender. Quem responde perante os municípios é a Câmara Municipal e 2 anos é muito tempo para a Tagusgás ser responsável pela reposição dos pavimentos.

- b) – Continuando, o Vereador Sr. Henrique Leal informou que, de acordo com a legislação recentemente aprovada, o Livro de Reclamações é também obrigatório nas Autarquias.
 - c) – Seguidamente, o Vereador Sr. Henrique Leal alertou para o facto de existirem 2 passadeiras na estrada da Barroca – uma na Rua da Maruja e outra em frente à Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª de Fátima – que são muito perigosas à noite devido à sua fraca visibilidade.
 - d) – Por fim, o Vereador Sr. Henrique Leal sugeriu que seja analisada a questão do trânsito de pesados na Rua do Forno do Grilo, no sentido de se evitarem níveis de perigosidade. A Rua é estreita, talvez não haja outra alternativa, mas a situação não pode manter-se por muito mais tempo.
- Quanto a estas questões, o Exmo. Presidente informou:
- a) – Quanto à questão da Tagusgás, também o Vereador Sr. Henrique Leal, na altura, aprovou os dois anos para a responsabilidade pela reposição da pavimentação.
 - b) – No que se refere ao Livro de Reclamações, a Câmara já os requisitou, mas no momento não estão disponíveis na Imprensa Nacional Casa da Moeda.
 - c) – O assunto das passadeiras na estrada da Barroca irá ser analisado mais em pormenor.
 - d) – Quanto à ultima questão colocada pelo Vereador Sr. Henrique Leal, terá o assunto que ser analisado para se tentar resolver sem prejudicar ninguém.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi presente a acta da reunião de 03 de Julho de 2006, que depois de lida e corrigida foi aprovada, por unanimidade, e assinada por todos os presentes, com excepção da Vereadora Sr.ª Maria João Gil dos Santos Grácio, por não ter estado presente na mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ENVIO DE EDITAL DE DELIBERAÇÕES

- Ofício nº 183/06, datado de 03 de Julho, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar o edital com as posições e as deliberações que aquele órgão tomou na sua Sessão Ordinária, realizada em 30 de Junho findo.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Mais deliberou aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ENVIO DE MOÇÃO

- Ofício nº 184/06, datado de 03 de Julho, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a remeter a Moção que a seguir se transcreve, apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada, por unanimidade, na sua Sessão Ordinária de 30/06/06:
- A SABER:
- «MOÇÃO:

- «De há anos para cá têm sido reiteradas as notícias, dando conta da degradação de valioso património ferroviário, quer devido ao natural efeito do abandono e do tempo, quer como resultado de roubos e de actos de vandalismo.
 - Estarão, pois, em risco peças de grande valor museológico, um património que é nacional mas a que esta cidade está especialmente ligada, a acolher futuramente no Museu Nacional Ferroviário, com sede no Entroncamento.
 - Na reunião havida entre a Comissão Permanente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Fundação Ginestal Machado, Eng.º Carlos Frazão, ficou patente a incapacidade desta Fundação acautelar e recuperar este património, a curto prazo.
 - Essa mesma incapacidade acaba por ser reafirmada, em entrevista recente do Presidente da Fundação a um matutino de referência.
 - Essas peças e equipamentos são propriedade da CP, da EMEF e da REFER, empresas estatais, pelo que se afigura estranho que, por um lado o Estado invista no Museu Ferroviário mas, por outro lado, assista passivamente à degradação paulatina – e, por vezes, irreversível – do seu património futuro.
 - Daí, a Assembleia Municipal do Entroncamento:
 - Manifestar a sua preocupação pela contínua degradação de tão importante espólio ferroviário;
 - Recomendar ao Governo, através do Ministério da Cultura, que intervenha junto da CP, da EMEF e da REFER no sentido de rapidamente serem criadas condições para impedir a degradação, bem como garantir a segurança de todo o património referenciado com valia museológica, de forma a evitar a perda irreparável de espólio de valor único, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional.»
 - A Câmara tomou conhecimento.
 - Mais deliberou aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.
- ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ENVIO DE MOÇÃO**
- Ofício nº 185/06, datado de 03 de Julho, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a remeter a Moção que a seguir se transcreve, apresentada pelo Partido Social Democrata e aprovada, por unanimidade, na sua Sessão Ordinária de 30/06/06:
 - A SABER:
 - «MOÇÃO:
 - «Em 24 de Novembro de 2004, aquando das comemorações do Aniversário do nosso Concelho, o então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mexia, comprometeu-se publicamente na resolução do problema da Segurança das Pessoas no viaduto sobre a A23, junto ao Casal do Grilo.
 - Volvidos quase dois anos sobre essa data, nada foi feito – as Estradas de Portugal não assumiram os compromissos do Governo e a tutela também ainda não honrou os compromissos de Estado dos seus antecessores.
 - A população continua sujeita, todos os dias, à falta da Segurança que o viaduto existente continua a não oferecer, pese embora o Estado exija aos participantes o cumprimento de regras que não cumpriu e continua a não cumprir, enquanto dono da obra.
 - Não tendo o Município do Entroncamento competência para intervir neste espaço que não é o seu;

- Continuando presentes as razões das diligências efectuadas, visando assegurar condições de segurança para todos os cidadãos, nomeadamente para os peões que circulam desprotegidos no referido viaduto;
- A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 30 de Junho de 2006, delibera:
- Manifestar a sua indignação pelo arrastar de um processo que não deveria existir se no projecto da obra tivesse sido acautelada a segurança das pessoas, nomeadamente dos peões;
- Solicitar a intervenção dos Senhores Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Secretário de Estado das Obras Públicas, para que seja cumprido o compromisso assumido pelo Governo para com a população do Entroncamento, mais especificamente a população do Casal do Grilo e Fontaínhas.
- Dar nota desta deliberação, remetendo cópia da mesma ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, ao Senhor Governador Civil de Santarém e à Comunicação Social local e regional.»
- A Câmara tomou conhecimento.
- Mais deliberou aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ENVIO DE PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

- Ofício nº 186/06, datado de 03 de Julho, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a remeter a Proposta de Deliberação que a seguir se transcreve, apresentada pelo Partido Social Democrata e aprovada, por maioria, na sua Sessão Ordinária de 30/06/06:
- A SABER:
- «PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO:
- «O Entroncamento nasceu e cresceu, tendo em menos de um século passado de lugar a Freguesia, constituindo-se como Concelho e atingindo o estatuto de cidade. - A nossa curta história contou com o empenho e a dinâmica de homens e mulheres que trabalharam afincadamente, com o seu bairrismo e o imenso gosto pela terra, esta nossa terra, para fazer crescer e desenvolver o Entroncamento.
- Interpretando o sentimento desses homens e mulheres, os eleitos do PSD comprometeram-se a cumprir as diligências necessárias à apresentação de um Projecto de Lei que consignasse a criação de uma nova freguesia no concelho. Comprometeram-se e cumpriram.
- Faz amanhã, dia 1 de Julho, 3 anos que subiu ao Plenário da Assembleia da República e foi discutida e aprovada a criação da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, no nosso concelho. A nossa primeira Freguesia, a do Entroncamento, deu lugar à nova Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e à Freguesia de São João Baptista.
- Com esta alteração da organização administrativa do território do Concelho permitiu-se uma maior proximidade dos eleitores aos eleitos e acalentou-se a esperança de que essa proximidade e a partilha de responsabilidades e competências fossem motor de um Entroncamento melhor.
- Os eleitos das freguesias são, efectivamente, aqueles que estão mais próximos dos cidadãos, aqueles que podem interpretar as suas necessidades mais prementes e, em articulação com os municípios, procurar os melhores caminhos, as soluções, para que o desenvolvimento que se procura tenha sempre os anseios e o bem estar das populações.

- A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 30 de Junho de 2006, delibera:
- manifestar o seu empenho na continuação da construção de um concelho, suportado no Poder Local, que vá ao encontro das pessoas, salvaguardando as suas necessidades a médio e longo prazo;
- congratular-se com a passagem desta data, após a possibilidade de aplicação da Lei que permitiu o efectivo cumprimento da vontade dos munícipes as Eleições Autárquicas de Outubro de 2005 possibilitaram a constituição dos novos órgãos autárquicos e a concretização de uma política de proximidade à população;
- dar pública nota desta deliberação à Comunicação Social local e regional.»
- A Câmara tomou conhecimento.
- Mais deliberou aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ENVIO DE MOÇÃO

- Ofício nº 187/06, datado de 03 de Julho, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a remeter a Moção que a seguir se transcreve, apresentada pelo Partido Social Democrata e aprovada, por maioria, na sua Sessão Ordinária de 30/06/06:

- A SABER:

- «MOÇÃO:

- «Proposta de Lei do Governo sobre Finanças Locais.

- A proposta do Governo confirma as piores expectativas quanto à natureza, objectivos e soluções nela contidos. Na verdade o seu conteúdo deixa claro que o que preside a esta iniciativa é, não o reforço e recuperação da capacidade financeira das autarquias, mas sim aliviar o Orçamento de Estado do volume de transferências para as autarquias, aumentar o regime de instabilidade a que o seu financiamento tem sido sujeito e reduzir a função redistributiva e o papel de coesão que a Lei de Finanças Locais deve ser chamada a desempenhar por imperativos constitucionais.

- A proposta de Lei do Governo assenta em três eixos fundamentais e convergentes no ataque à autonomia das autarquias, em particular à sua autonomia financeira, – limitação da capacidade de financiamento, natureza do financiamento e tutela de mérito – expressos na:

- Redução do montante global de financiamento dos municípios pela diminuição de 30.5 para 25% da média aritmética do IRS, IRC e IVA (correspondente a um corte de 407 milhões de euros e a 18% do total actual), que fica longe de ser compensado pelos 131 milhões de euros que correspondem à nova participação de 2% do IRS cobrado na área de cada município; Redução a menos de metade do limite máximo da derrama municipal.

- Consagração de um princípio, no regime de finanças locais, orientado, ainda que indirectamente, para empurrar as autarquias no sentido de garantirem os recursos de que necessitam através da fiscalidade local e de uma política anti-social de taxas e tarifas;

- Criação de diversos mecanismos de tutela preventiva e de sanções administrativas. Intervenção directa do Governo na gestão (declaração da situação de desequilíbrio financeiro estrutural), consagração da possibilidade de transferência avulsa de novas competências, integral subordinação da Lei de Finanças Locais às Leis do Orçamento de Estado e do Enquadramento Orçamental, rebaixando o seu estatuto constitucional, impossibilitando a gestão autónoma responsável a prazo de mais de um exercício económico e transformando, de facto, as autarquias em meros serviços desconcentrados.

- O governo que se propõe reduzir as transferências para os municípios e lhes oferece em alternativa um mecanismo de compensação apenas parcial, o faz acusando, cinicamente, a priori as autarquias que o utilizem de não «desagravarem» a carga fiscal sobre as famílias e tornarem os seus territórios menos «competitivos»;

- A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 30 de Junho de 2006, em sessão ordinária, entende que não é aceitável nem legítimo que em nome do aperfeiçoamento da Lei 42/98 se procure, não o seu aperfeiçoamento numa perspectiva de reforço da autonomia financeira das autarquias, mas sim, a consagração de alguns objectivos que o desrespeito pela aplicação da presente Lei, em vigor, foi procurando impor como factos consumados.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Mais deliberou aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE DOS ELEMENTOS EM FALTA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

- Ofício nº 207/06, datado de 04 de Junho, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a remeter cópia da Acta da Tomada de Posse dos Elementos Em Falta no Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento, que teve lugar no dia 30 de Junho findo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, proceder em conformidade.

- Mais deliberou aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES - SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DO 4.º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

- Circular 96/2006–AS, datada de 27 de Junho, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a comunicar que recentemente, realizou-se na Cidade do México, o 4.º Fórum Mundial da Água, sob o tema “Acções Locais para um Desafio Global”, no qual esta Associação esteve representada.

- Informam que, este evento é uma iniciativa do Conselho Mundial da Água, que se assume como um acontecimento de participação e diálogo, entre os múltiplos intervenientes no sector da Água no mundo, no sentido de um desenvolvimento sustentável do planeta.

- Mais informam, que a Declaração dos Presidentes de Câmara e Eleitos Locais sobre a Água, proposta pela Comissão da Água e Saneamento das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), aprovada no 4.º Fórum acima mencionado, reflecte a percepção das responsabilidades que os eleitos locais têm em matéria de água potável e saneamento, reconhecendo o seu crucial papel, na gestão do recurso da água.

- Atento o acima exposto, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, ciente da enorme importância desta Declaração que anexam, convidam esta Câmara Municipal a subscrevê-la.

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, subscrever e devolver a Declaração remetida pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

- Mais deliberou aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SECÇÃO LICENÇAS E TAXAS

INFORMAÇÃO DA SECÇÃO LICENÇAS E TAXAS - DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS

- Da Secção de Licenças e Taxas, foi presente a seguinte informação relativa à “Delegação de Competências”:

- “Atenta a deliberação de 28/10/2005 e dando cumprimento ao nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, junto anexo listagens das licenças emitidas por esta Secção de Impostos, Licenças e Taxas, no período de 26/06/06 a 07/07/06.
- Nesta conformidade deve o mesmo ser presente em reunião de Câmara, a fim de o Exmo. Presidente dar conhecimento à Câmara.”
- A Câmara tomou conhecimento e rubricou todas as páginas constantes desta listagem, as quais fazem parte integrante da presente acta.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALT. ORC. DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

ALTERAÇÃO Nº 4 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2006

- A Câmara aprovou, por maioria, a Alteração nº 4 ao Orçamento da Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2006, totalizando 234.190,00 € (duzentos e trinta e quatro mil cento e noventa euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente acta.
- De notar que, o valor referido inclui a Alteração nº 4 às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).
- Votaram a favor os Vereadores Srs. João Vieira, Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente.
- Abstiveram - se os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Ezequiel Estrada e Henrique Leal.
- Os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada apresentaram a seguinte declaração de voto:
- “A nossa abstenção tem como base que, tendo em consideração que há 15 dias foi aprovada uma revisão orçamental, que é muito mais abrangente que uma modificação orçamental, mas atendendo ao reforço de algumas rubricas para o seu funcionamento, é a razão da nossa abstenção.”
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

QUIOSQUES

CONCURSO P/ OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA C/ QUIOSQUE - R. DR. MIGUEL BOMBARDA

- Da Secção de Impostos, Licenças e Taxas, foi presente a seguinte acta, referente à " Ocupação da Via Pública com um Quiosque - Rua Dr. Miguel Bombarda:
- "Aos treze dias do mês Julho do ano de dois mil e seis, pelas nove horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho e no seguimento da deliberação de cinco de Junho de dois mil e seis, precedida da publicação do respectivo Edital, reuniu a Comissão, nomeada para o efeito, presidida pelo Vereador a Tempo Inteiro Dr. João José Pescador de Matos Fanha Vieira, pelo Director do Departamento de Administração Geral e Finanças Dr. Gilberto Pereira Martinho e a Chefe de Secção Maria da Conceição Lucas Antunes.
- Analisado todo o processo em conformidade com as condições impostas no respectivo Edital, que regulamenta a ocupação da via pública com quiosques, não se viu qualquer inconveniente na entrega do referido espaço à única concorrente Isabel Maria Rolim Silva, residente na Rua Jacinto Marques Agostinho, n.º 27 – 1.º. em Entroncamento.

- E nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta."
- A Câmara, analisando o assunto, deliberou por unanimidade, atribuir a ocupação do referido quiosque à única concorrente Isabel Maria Rolim Silva.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PATRIMÓNIO

HASTA PÚBLICA – VENDA DE UM LOTE DE TERRENO

- Da Secção de Património foi presente a seguinte proposta:
- "**ASSUNTO**:- Venda em Hasta Pública de um lote de terreno designado por Lote Nº. 6, do Alvará de Loteamento Municipal nº.01/2005, de 26 de Agosto de 2005, com a área de 311m2, sito na Av. Dr. José Eduardo Vítor das Neves e Rua Companhia Divisionária Manutenção de Material, que confronta a Norte com Manuel Barroso Tavares, Ld^a.; Sul com Companhia Divisionária de Manutenção de Material e a Nascente e Poente com Município do Entroncamento, inscrito na Matriz Urbana sob o Artigo 10250, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o nº. 06685, inscrito a favor do Município pelas inscrições G-1, G-2 e G-3.
- Na sequência da hasta pública realizada a 4 de Julho de 2006, relativa ao lote supra identificado, por não se encontrar presente nenhum interessado, tendo ficado deserta a respectiva hasta pública, propõe-se a venda do mesmo em nova hasta pública a realizar, cujo valor base de licitação seja inferior a 10% do valor anteriormente estipulado, consagrando-se, ainda, as seguintes condições:
- 1-Que o valor base de licitação seja de € 162.000,00;
- 2-Que não serão admitidos lances inferiores a € 500,00;
- 3-Que após a adjudicação o adquirente deverá proceder ao pagamento de 50%, no acto da arrematação, o pagamento dos restantes 50%, terá lugar com a realização da escritura de compra e venda, a efectuar 30 dias depois da data da adjudicação;
- 4-Que o referido no número anterior não exclui a possibilidade de o adquirente se assim o entender, proceder ao pagamento integral no próprio acto da arrematação;
- 5-Que a alienação será feita em Hasta Pública em dia e hora a indicar em Edital;
- 6-Que as imposições fiscais ou quaisquer outros encargos respeitantes à alienação do lote, são da conta do adquirente;
- Falta de Licitação:
- 7- Se a praça ficar deserta por falta de licitação, fica o Departamento de Gestão Financeira autorizado a, sucessivamente:-
- a)- Voltar a colocar o lote de terreno em hasta pública observando-se o previsto nas presentes condições;
- b)- Voltar a ser posto em praça, passados quinze dias sobre a data da hasta pública de que foi retirado, dispensando-se nova publicação;
- c)- Ser alienado sem recurso a nova hasta pública, por negociação directa com eventuais interessados na compra, após deliberação camarária a ser tomada nesse sentido e sob proposta do Presidente da Câmara.
- 8-Que a Comissão que irá proceder à Hasta Pública, seja constituída pelos seguintes elementos:
- 1 Presidente – Vice-Presidente Luís Filipe Mesquita Boavida
- 2 Vogais efectivos – Director Departamento de Administração Geral e Finanças - Dr. Gilberto Martinho e Chefe de Gabinete João Canaverde

- 2 Vogais suplentes – Vereador a Tempo Inteiro Dr. João José Pescador de Matos Fanha Vieira e Assistente Administrativa Susana Silva.”
- A Câmara, tudo visto e analisado, após aceitar esta proposta, discutiu-a e deliberou aprová-la, por maioria, com 5 votos a favor dos Vereadores Srs. Henrique Leal, João Vieira, Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente e 2 abstenções dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada.
- Mais deliberou marcar a hasta pública, para o próximo dia 02 de Agosto, pelas 10.00 horas.
- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO

REFORMULAÇÃO DA CIRCULAÇÃO E TRÂNSITO – ZONA NORTE DO CONCELHO

- Da DOM, foi presente a seguinte informação, referente à "Reformulação da Circulação e Trânsito – Zona Norte do Concelho:
- “Serve a presente informação para propor a V^a Ex.^a uma revisão ao estudo de reformulação de circulação e trânsito para a zona norte do concelho, elaborado pelo Sr. Eng.º Figueira da firma CEIT, e aprovado por unanimidade em reunião de câmara de 22 de Maio de 2003.
- Certos de que as alterações verificadas na fluência do tráfego rodoviário com a abertura ao trânsito da passagem inferior no sentido Sul-Norte, assim como do novo viaduto sobre a linha do norte, modificam os pressupostos que serviram de base ao estudo apresentado e permitem hoje uma visão diferente sobre as necessidades de circulação, somos da opinião que o estudo apresentado deverá ser revisto, propondo-se para discussão a solução de seguida apresentada.
- A dificuldade de implementação de uma rotunda no cruzamento “do S^{to} António” que viabilize a circulação de veículos de maiores dimensões. A alteração da Rua 1^o de Maio para um só sentido, sem que exista outro eixo paralelo, aumentando em alguns casos de forma excessiva os percursos a realizar. A alteração das ruas Fernando Pessoa e Eng.º Henrique Gomes da Silva para um só sentido (nascente-poente), oferecendo como alternativa de entrada na cidade a Rua Elias Garcia, para quem se desloca em direcção ao “S^{to} António”, são soluções que integradas no estudo aprovado com o intuito de criar maior fluência de tráfego, nos parecem hoje desadequadas num balanço entre a fluidez e as dificuldades resultantes das restrições destas mesmas soluções.
- Desta forma apresenta-se uma alternativa ao estudo de reformulação da circulação e trânsito para a zona norte do concelho, propondo-se que sejam criadas a curto prazo as seguintes alterações:
- **Rua Elias Garcia**
- Alteração para um sentido (nascente – poente), entre os “11 unidos” e o entroncamento com a Rua Coronel Raul Verdades Miranda, devido à dificuldade e perigosidade de circulação por estacionamento de veículos em zonas de pouca visibilidade.
- O sentido escolhido prende-se com a dificuldade das saídas no sentido oposto, saída da “travessa dos quartéis” para a Rua Ferreira Mesquita com fraca visibilidade, saída para o cruzamento “do S^{to} António” com necessidade de semaforização e conseqüente aumento das fases de semaforização e tempos de espera.
- Necessidade de reformulação do entroncamento com a Rua Coronel Raul Verdades Miranda de forma a minimizar possíveis conflitos.

- Rua Coronel Raul Verdades Miranda

- Alteração para um sentido (nascente - poente), entre a Rua 1º de Maio e a Rua Gonçalo Mendes da Maia, e um sentido (poente – nascente) entre a Rua Elias Garcia e a Rua Gonçalo Mendes da Maia, devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por necessidades de estacionamento.

- O sentido escolhido (nascente - poente) no troço entre a Rua 1º de Maio e a Rua Gonçalo Mendes da Maia deve-se à fraca visibilidade no entroncamento da Rua Coronel Raul Verdades Miranda com a Rua 1º de Maio.

- O sentido escolhido (poente - nascente) no troço entre a Rua Gonçalo Mendes da Maia e a Rua Elias Garcia deve-se a necessidades de circulação.

Seria mais lógico e menos conflituoso que a bifurcação da Rua Elias Garcia e Rua Coronel Raul Verdades Miranda se efectuasse nos sentidos contrários aos propostos, sem cruzamento de veículos, com os sentidos poente-nascente na Rua Elias Garcia e nascente-poente em toda a extensão da Rua Coronel Verdades Miranda. No entanto as dificuldades de saída da Rua Elias Garcia, descritas anteriormente, justificam quanto a nós a solução apresentada, não se descurando que caso sejam criadas condições para tal se possam inverter os sentidos agora propostos.

- A descontinuidade proposta no cruzamento da Rua Coronel Raul Verdades Miranda com a Rua Gonçalo Mendes da Maia tem a desvantagem de não oferecer um percurso directo entre as Ruas Elias Garcia e 1º de Maio, aumentando percursos e implicando mudanças de direcção, mas em contrapartida oferece maior segurança naquele cruzamento.

- Rua 25 de Abril

- Alteração para um sentido (nascente - poente), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por necessidades de estacionamento.

- O sentido escolhido, contrário ao da Rua Coronel Verdades Miranda, por facilidades de circulação.

- Rua 1º de Dezembro

- Alteração para um sentido (poente - nascente), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por necessidades de estacionamento.

- O sentido escolhido, contrário ao da Rua 25 de Abril, por facilidades de circulação.

- De referir que apesar dos problemas de circulação na Rua Gonçalo Mendes da Maia a opção de criar um sentido único nos parece penalizadora para a circulação, criando aumentos de percurso significativos independentemente do sentido escolhido. O estudo de uma solução com recurso as restrições de estacionamento, principalmente junto das intersecções, é talvez a solução mais adequada.

- Travessa 1º de Dezembro, “Largo 1º de Dezembro” e “Travessa 25 de Abril”
Alteração para um sentido, devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos.

- De referir que a alteração da Rua Fernando Lopes Graça ou da Rua Vieira da Silva para um só sentido cria aumentos de percurso significativos para parte dos moradores da Rua 1º de Dezembro, pelo que se optou por não apresentar alterações nestas ruas, embora exista dificuldades de circulação, com maior incidência na Rua Fernando Lopes Graça.

- Rua Egas Moniz

- Alteração para um sentido (sul-norte), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por necessidades de estacionamento.

- O sentido escolhido, por facilidades de circulação, prevendo-se que a Rua Dr. Fanhais efectue futuramente ligação à Rua 1º de Maio com alteração para um só sentido (nascente-poente).

- **Rua Martim Moniz**

- Alteração para um sentido (norte-sul), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por necessidades de estacionamento.

- O sentido escolhido, contrário ao da Rua Egas Moniz, por facilidades de circulação.

- **Rua de Angola**

- Alteração para um sentido (norte-sul), entre a Rua Fernando Pessoa e a Rua 1º de Dezembro, e um sentido (sul-norte) entre a Rua Elias Garcia e a Rua 1º de Dezembro.

- Pretendendo-se eliminar a rotunda existente na Rua Fernando Pessoa, por esta ter características desadequadas, é conveniente que não seja possível aceder a esta a partir da Rua de Angola, minimizando-se assim possíveis conflitos.

- Optou-se pela solução de descontinuidade na Rua de Angola por esta não implicar aumentos significativos de percurso e possibilitar a minimização de conflitos no cruzamento com a Rua 1º de Dezembro.

- **Rua D. Carlos**

- Alteração para um sentido (poente-nascente), entre a Rua 1º de Maio e a travessa da Rua D. Carlos, devido à dificuldade de entrada na Rua 1º de Maio por má visibilidade.

- Com a futura construção da Rua “C” será possível estender o sentido único até ao entroncamento com a Rua Dr. Miguel Bombarda, sendo necessário neste momento que este troço permaneça com os dois sentidos para possibilitar a saída da Rua Dr. Miguel Bombarda.

- A construção da Rua “C” possibilitará ainda criar uma solução de circulação que não permita o cruzamento de veículos no final do Viaduto Eugénio Dias Poitout, alargando-se o “triângulo” existente do lado do Centro de Convívio de forma a funcionar só com entradas e saídas na mão, tal como funciona o “triângulo” do lado do Centro de Saúde.

- **Travessa da Rua D. Carlos**

- Alteração para um sentido (sul-norte), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por necessidades de estacionamento.

- O sentido escolhido, por facilidades de circulação, permitindo saída da Rua Dr. Miguel Bombarda.

- **Rua professor José Francisco Corujo**

- Alteração de sentido (nascente-poente), entre a Travessa da Rua D. Carlos e a Rua 1º de Maio.

- O sentido escolhido, contrário ao da Rua D. Carlos, criando alternativa de entrada na Rua 1º de Maio em condições de melhor visibilidade e maior segurança.

- É conveniente que o alargamento da Rua 1º de Maio só se efectue a partir do entroncamento com a Rua professor Francisco Corujo, oferecendo-se assim maior segurança.

- Deixa de ser necessário o corredor BUS.

- **Rua Eng.º Jaime Pascoal de Brito, Rua Eng.º Manuel de Sá e Melo, Rua Dr. Abílio Américo Belo Tavares**

- Alteração para um sentido, devido às dimensões reduzidas dos arruamentos

- **Rua Brigadeiro Botelho Moniz**

- Alteração para um sentido (norte-sul), entre a Rua Coronel António Manuel Batista e a Rua Eng.º Henrique Gomes da Silva, devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por necessidades de estacionamento.
- O sentido escolhido é o do percurso dos TURE.
- **Rua Coronel Abílio V. P. Sousa e Rua Eng.º Augusto Cancela de Abreu**
- Alteração para um sentido, devido às dimensões reduzidas dos arruamentos.
- Os sentidos escolhidos são os alternados com as Ruas Coronel José Maria Valente Carvalho e Rua Brigadeiro Botelho Moniz.
- **Rua Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha**
- Alteração para dois sentidos, oferecendo mais soluções de circulação para quem se desloca da Rua Forno do Grilo.
- A criação da passadeira sobrelevada na Rua Eng.º Henrique Gomes da Silva, e consequente diminuição das velocidades de circulação, possibilita hoje uma entrada em maior segurança neste eixo a partir da Rua Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha, e com a deslocação da entrada principal da Escola Secundária para a Rua Isabel Falcão Trigo, julgamos que não se justifica manter o arruamento com um só sentido, possibilitando assim mais soluções de circulação.
- Deverá ser estudada solução de restrição de estacionamento na Rua Forno do Grilo e na Rua Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha, por forma a tornar mais fluente o tráfego entre o cruzamento da Rua Forno do grilo com as Ruas dos Ferroviários e Rua Dr. Costa Machado, e o entroncamento da Rua Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha com as Ruas Fernando Pessoa e Eng.º Henrique Gomes da Silva.
- **Rua Coronel António Manuel Baptista**
- Alteração para um sentido (poente-nascente), devido a dificuldades de circulação por estacionamento de veículos, com maior incidência para a zona junto do cruzamento com a Rua Eng.º Alberto Saraiva e Sousa.
- O sentido escolhido é o de maior percurso dos TURE, com a vantagem de evitar conflitos no entroncamento com as Ruas Forno do Grilo e Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha, pois deverá este eixo (Forno do Grilo/Dr. Carlos Ayala) passar a ser prioritário ao contrário da situação actual.
- **Rua General Humberto Delgado**
- Alteração para um sentido (nascente-poente), devido a dificuldades de circulação por estacionamento de veículos, com maior incidência para a zona junto do cruzamento com a Rua Forno do Grilo.
- O sentido escolhido, por facilidades de circulação, é o contrário ao da Rua Coronel António Manuel Baptista.
- Relativamente ao percurso dos TURE, e com a alteração para um só sentido das Ruas Coronel António Manuel Baptista e Rua General Humberto Delgado, será necessário efectuar a alteração da paragem (postalete – sentido Sul-Norte) da Rua Coronel António Manuel Baptista, junto ao jardim, para a Rua General Humberto Delgado, do lado contrário ao abrigo existente. Assim no percurso Sul-Norte será Rua Eng.º Alberto Saraiva e Sousa – Rua General Humberto Delgado – Rua Brigadeiro Botelho Moniz.
- No sentido Norte-Sul o percurso mantém-se, criando-se um corredor BUS no troço da Rua General Humberto Delgado, entre as Ruas Brigadeiro Botelho Moniz e Eng.º Alberto Saraiva e Sousa, à semelhança do actualmente existente na Rua Professor Francisco Corujo.
- **Rua Dr. Mário Matias**
- Alteração para um sentido (nascente-poente), devido a dificuldades de circulação por estacionamento de veículos e dimensões reduzidas do arruamento.

- **Rua Henrique O. Pinto de França**

- Alteração para um sentido (poente-nascente), devido a dificuldades de circulação por estacionamento de veículos e dimensões reduzidas do arruamento.

- **Rua Manuel Contente de Sousa**

- Alteração para um sentido (sul-norte), entre as Ruas Henrique O. Pinto de França e Dr. Mário Matias, por facilidades de circulação em função da alteração da Rua Henrique O. Pinto de França.

- **Rua Ramalho Ortigão**

- Alteração para um sentido, devido a dificuldades de circulação nos dois sentidos por dimensões reduzidas do arruamento.

- **Rua Cidade de Penafiel**

- Alteração para um sentido (poente-nascente), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por necessidades de estacionamento.

- O sentido escolhido de forma a minimizar conflitos no entroncamento com a Rua Fernando Pessoa e eliminando-se a rotunda existente.

Necessidade de correcções geométricas no cruzamento com a Rua Fernando Pessoa de forma a diminuir as velocidades de entrada na Rua Cidade Penafiel, assim como no entroncamento com a Rua Forno do Grilo, facilitando a visibilidade de saída.

- **Rua Aquilino Ribeiro**

- Alteração para um sentido (Sul-Norte), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por estacionamento de veículos.

- **Rua Rui Dias**

- Alteração para um sentido (Sul-Norte), entre a Rua C e o final da rua, devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por estacionamento de veículos.

- Julgamos ser necessário a existência do troço com dois sentidos na Rua Rui Dias, entre a Rua Fernando Pessoa e a Rua C, por forma a possibilitar a entrada de veículos com alguma dimensão para a praça das comunidades, uma vez que na Rua José Afonso é frequente existir estacionamento de veículos de ambos os lados da faixa de rodagem.

- Necessidade de proibição de estacionamento no troço com dois sentidos, assim como alteração geométrica no cruzamento com a Rua Fernando Pessoa por forma a diminuir as velocidades de entrada na Rua Rui Dias.

- **Rua José Afonso**

- Alteração para um sentido (Sul-Norte) do restante troço do arruamento, devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por estacionamento de veículos.

- O sentido escolhido é o existente no restante troço.

- **Rua de Olivença**

- Alteração para um sentido (nascente-poente), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por estacionamento de veículos.

- **Rua Brigadeiro Lino Dias Valente**

- Alteração para um sentido (norte-sul), entre as Ruas de Olivença e Eng.º João Carlos Castro Reis, devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por estacionamento de veículos.

- O sentido escolhido, no prolongamento da circulação da Rua de Olivença.

- **Rua Eng.º João Carlos Castro Reis**

- Alteração para um sentido (poente-nascente), devido à dificuldade de circulação nos dois sentidos por estacionamento de veículos.

- Os sentidos apresentados para a Rua Eng.º João Carlos Castro Reis, Rua de Olivença e Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, são aqueles que em solução

conjunta nos parecem diminuir com maior intensidade os conflitos nos cruzamentos de veículos, embora talvez parecesse mais lógico que em função do sentido da Rua de Goa estas tivessem sentidos contrários ao proposto.”

- O Vereador Sr. Alexandre Zagalo questionou se houve algum inquérito público sobre este assunto.

- O Vereador Sr. Henrique Leal referiu que esta proposta lhe parece extemporânea, dado que, em 2003, a Câmara pagou a uma firma a elaboração deste projecto, que ainda nem foi implementado, e aparecem agora estas alterações.

- Por outro lado, e embora não tenha tido muito tempo disponível para analisar este assunto, pensa existirem discrepâncias nestas alterações.

- O Exmo. Presidente informou que não houve falta de cuidado na elaboração deste projecto o que há são realidades diferentes.

- Não se trata de um processo estático, poderá ser alterado à medida das necessidades que se forem verificando.

- No entanto, estas alterações irão ser implementadas.

- Quanto ao inquérito público referido pelo Vereador Sr. Alexandre Zagalo, tal não irá verificar-se.

- O Vereador Sr. Ezequiel Estrada alertou para um lapso existente na informação dos serviços, na quarta folha, no item “Rua Dr. Carlos Ayala Vieira da Rocha” onde consta “Rua Dr. Costa Machado” deverá constar “Rua Dr. Sá Carneiro”

- O Exmo. Presidente concordou e a frase deverá ser rectificada.

- Nesta altura, o Exmo. Presidente colocou o assunto à votação, tendo sido aprovado, por maioria, com a seguinte votação: 4 votos a favor dos Vereadores Srs. João Vieira, Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente, 1 voto contra do Vereador Sr. Henrique Leal e 2 abstenções dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada.

- O Exmo. Presidente também informou que estas alterações revogam o estudo anterior.

- Seguidamente, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

- Do Vereador Sr. Henrique Leal:

- “Não se compreende a configuração de um conjunto de alterações sobre um estudo de trânsito aprovado por unanimidade em 2003 e que ainda não tinha sido implementado.

- Por outro lado, as mesmas alterações não se vislumbram de todo susceptíveis de melhorar a circulação como se pretende. Usa-se e abusa-se dos sentidos únicos criando um emaranhado na circulação que vai infernizar a vida dos locais e inviabilizar a circulação aos visitantes que desconhecem a cidade. Compreende-se porquê.

- A Câmara Municipal tem condescendido com a falta de estacionamento nos edifícios e a fórmula encontrada para resolver o pandemónio dos veículos nas ruas é instituir sentidos únicos.

- Discordamos em absoluto e por isso votamos contra.”

- Dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada:

- “Abstemo-nos porque entendemos que matérias tão sensíveis como esta deviam ser objecto de inquérito público.”

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NOTARIADO

MINUTA CONTRATO – JARDIM DE INFÂNCIA NORTE

- Da Secção de Notariado foi presente a seguinte informação relativa à Minuta do Contrato para a Empreitada de “Jardim de Infância Norte”:
- «De acordo com o art.º 116.º do Decreto-Lei 59/99 de 02/3, e artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, e após adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, à Firma “Quimlena - Construções Limitada”, junto remeto a V. Ex^a a minuta do contrato para aprovação desta Câmara.»
- Sobre este assunto e de acordo com a presente informação, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:
- «De acordo com o n.º 3 do artº 68º da Lei nº 169/99, de 18/09 e posteriores alterações, aprovo a presente minuta do contrato, em conformidade com a informação dos Serviços. Aos Serviços para procedimento. À Reunião de Câmara para ratificação.»
- A Câmara, tudo visto e analisado deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

ANÁLISE DO ESTUDO PRÉVIO DA REVISÃO DO PDM

- No seguimento da deliberação de 3 de Julho corrente, foi presente, de novo, a informação referente à análise do Estudo Prévio da Revisão do PDM, efectuada pela D.U.O.P.
- O Vereador Sr. Ezequiel Estrada apresentou algumas sugestões de alterações e referiu aguardar o parecer da Comissão de Acompanhamento.
- O Exmo. Presidente esclareceu que este assunto deverá ser primeiro aprovado pela Câmara e só depois irá ser apresentado à Comissão de Acompanhamento.
- Seguidamente, pediu aos Srs. Vereadores que apresentem as sugestões de alteração por escrito.
- Colocado o assunto à votação, foi o mesmo aprovado, por maioria, com 4 votos a favor dos Vereadores João Vieira, Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente, 1 voto contra do Vereador Sr. Henrique Leal, e 2 abstenções dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada.
- O Vereador Sr. Henrique Leal apresentou a seguinte proposta:
- “Voto contra e faço as seguintes propostas de alteração.
- 1. Manter os 100 m2 de área de protecção à A 23 com área non aedificandi.
- 2. Manter o índice de densidade na zona agro-florestal de 0,15.
- 3. De acordo
- 4. De acordo
- 5. De acordo
- 6. De acordo
- 7. Deve ser ponderada a articulação com os Concelhos limítrofes, zona destinada a Armazéns o que é que vai haver (ou há) do outro lado, no outro Concelho?
- 8. De acordo
- 9. Deverá ser solicitado parecer técnico em relação ao presumido valor arqueológico da zona.
- 10. De acordo

- 11. De acordo
- 12. De acordo com o términus junto à Malaquias mas deve ser mantido o traçado junto à via férrea e inflectir para a Malaquias.
- 13. Prolongar a D. Pedro V até à circular.
- 14. De acordo com a correcção do traçado, em desacordo com o términus. Prolongar a circular interna até à rotunda mais a sul da circular externa.”
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

INFRA - ESTRUTURAS DA ZONA INDUSTRIAL – 2ª FASE – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO

- Da D.O.M., foi presente uma informação a remeter o Programa de Concurso, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde (Fase de Ante-Projecto) e a descrição do Ante-Projecto de Arquitectura e Especialidades, respeitantes à empreitada da "Concepção/Execução de Trabalhos de Remodelação do Cine-Teatro São João."
- A Câmara, tudo visto e analisado deliberou, por unanimidade, retirar este assunto e apreciá-lo em próxima reunião.
- Mais deliberou aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.

RECINTO MULTI-USOS

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Recepção Provisória Parcial, elaborado em 05 de Junho de 2006, referente à empreitada do "Recinto Multi-Usos", adjudicada ao consórcio Oliveiras S.A. e Silvério & Melro, S.A.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL (FASE 1 E FASE 1 A)

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Mapa Resumo da Conta Final da Empreitada de “Execução de Arranjos Exteriores na Zona Envolvente À Piscina Municipal (Fase 1 e Fase 1 A)“, no valor total de 420.326,59 € (quatrocentos e vinte mil trezentos e vinte seis euros e cinquenta e nove cêntimos, adjudicada à Firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REDE DE CICLOVIAS – RUA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Mapa Resumo da Conta Final da Empreitada da "Rede de Ciclovias – Rua Dr. Francisco Sá Carneiro", no valor total de 534.002,71€ (quinhentos e trinta e quatro mil dois euros e setenta e um cêntimos, adjudicada à Firma Lena – Engenharia E Construções, S.A.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROCº DE OBRAS Nº 102/06 – MANUEL BARROSO TAVARES, LDA

- Presente o processo de obras número 102/06, em nome de Manuel Barroso Tavares, Lda, referente à construção de um edifício de habitação e comércio na Rua S. João de Deus e E.N. 365, nesta Cidade, conforme o projecto de arquitectura que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por maioria, com 4 votos a favor dos Vereadores João Vieira, Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e

Exmo. Presidente, 3 votos contra dos Vereadores Srs. Henrique Leal, Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada, deferir o processo de acordo com o parecer da D.U.O.P., emitido em 30/06/2006.

- Os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada apresentaram a seguinte declaração de voto, que foi subscrita pelo Vereador Sr. Henrique Leal:

- “Votamos contra porque o edifício é composto por 7 pisos, quando a média de alturas é de 4 pisos.

- Por outro lado, esta construção apresenta um défice de estacionamento de 24 lugares.

- Para além disso, há um défice de espaço de cedência para o domínio público de 1857,92 m2.”

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 147/00 – CANFOL - CONSTRUÇÕES CIVIS DE OURÉM, LDA

- Presente o processo de obras número 147/00, em nome de Canfol – Construções Civis de Ourém, Lda, referente às alterações na construção de um edifício de habitação, na Rua Ferreira de Castro, nesta Cidade, conforme o projecto de arquitectura que junta.

- Ouvida a D.U.O.P. emitiu esta o seguinte parecer:

- “O projecto apresentado refere-se às alterações que o requerente levou a efeito no edifício que traz em execução no local acima mencionado.

- As alterações resumem-se a alguns acertos de obra não havendo da parte destes Serviços qualquer inconveniente, pelo que o projecto de Arquitectura está em condições de ser aprovado, devendo o requerente ser notificado a apresentar os projectos de especialidade no prazo de 6 meses.”

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.U.O.P.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 49/01 – JOSÉ EDGAR ALVES MENDES

- Presente o processo de obras número 49/01, em nome de José Edgar Alves Mendes, referente às alterações na construção de uma moradia na Rua das Fontainhas, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.U.O.P., emitido em 08/07/2006.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 121/03 – JOAQUIM PAULO MACHADO ROLO

- Presente o processo de obras número 121/03, em nome de Joaquim Paulo Machado Rolo, referente à alteração no estabelecimento de restauração e bebidas, na Rua Abílio César Afonso, número 26 A, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com os condicionamentos do parecer da D.U.O.P., emitido em 03/07/2006.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 109/06 – QUIMLENA – CONSTRUÇÕES, LDA

- Presente o processo de obras número 109/06, em nome de Quimlana – Construções, Lda, referente à construção de um edifício na Rua de Olivença e Rua Carlos Castro Reis, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com os condicionamentos do parecer da D.U.O.P., emitido em 12/07/2006.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS Nº 87/06 – ELISABETE TRINDADE FERREIRA GOMES

- Presente o processo de obras número 87/06, em nome de Elisabete Trindade Ferreira Gomes, referente à construção de uma moradia no Casal Vidigal, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com os condicionamentos do parecer da D.U.O.P., emitido em 03/07/2006.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE LOTEAMENTO N.º 04/96 – HIPOTECA DE LOTES - ENTROURBE – CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS, LDA

- Presente o processo de loteamento número 04/96, em nome de Entrourbe – Construções & Empreendimentos, Lda., sito na Rua da Cascalheira, nesta Cidade, referente a um pedido para hipoteca de lotes, sobre o qual a D.U.O.P. emitiu o seguinte parecer:

- «Apresenta o requerente um pedido para que a caução destinada a garantir a execução das obras de urbanização seja feita por hipoteca de lotes.

- O valor definido para a caução é de 248.000,00 Euros.

- Foi pelo loteador feita a proposta de hipoteca do lote nº2, na sequência de uma análise conjunta com estes serviços.

- Assim importa atribuir o valor ao lote, o que será feito em termos de valor corrente de mercado e obviamente considerando a sua localização e características:

- **Lote 2** – Lote destinado a edifício com 4 pisos + 2 caves.

- Terá 6 fogos + 2 comércios e caves para estacionamento.

- Área 656,00 m2.

- Áreas de construção: - Habitação – 964,50 m2

- Comércio – 255,50 m2

- Caves – 1.312,00 m2

- Atribui-se um futuro edifício a construir no lote o valor actual corrente de 1.300.000,00€.

- $(964,50 \times 750€ + 255,50 \times 1.000€ + 1.312,00 \times 250€ = 1.306.875,00)$

- Considerando para o terreno uma percentagem de 20% do valor venal teremos para o lote o valor de 260.000,00€ $(1.300.000 \times 0,20)$

- Este valor corresponde a cerca de 32.500€ por fogo/comércio com estacionamentos, que nos parece ser aceitável tendo em conta a localização central e a área bruta dos comércios e a dos fogos de cerca de 160m2.

- Valor do Lote 2 – 260.000 €.

- Assim teremos como valor do lote a hipotecar **260.000€**, valor suficiente como caução, pelo que nada temos a opor ao pretendido.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por maioria, com 5 votos a favor dos Vereadores Srs. Henrique Leal, João Vieira, Maria João Grácio, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente e 2 contra dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada, deferir o pedido de acordo com a informação da D.U.O.P.

- Foram presentes as seguintes declarações de voto:

- Dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Ezequiel Estrada:

- “Votamos contra porque a hipoteca é uma garantia mais frágil do cumprimento das obrigações por parte do loteador.

- Por outro lado, num passado recente, já houve problemas graves com situações de incumprimento por parte de alguns loteadores, pelo que julgamos que deverá ser exigida uma garantia bancária de primeira solicitação.”

- Do Vereador Sr. Henrique Leal:

- “Voto a favor porque este tipo de caução tem sido prática nesta Câmara e legalmente configurada.

- Agir em contrário seria discriminar os munícipes.”

- Nesta altura, o Exmo. Presidente informou que o passado recente a que o Sr. Vereador se referiu é quando o Partido Socialista governava a Câmara. Contudo a Lei prevê e não temos qualquer problema em aceitar este tipo de garantia.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PAGAMENTOS

PAGAMENTOS

- A Câmara deliberou autorizar os pagamentos no valor total de 774.726,82 € (setecentos e setenta e quatro mil setecentos e vinte e seis euros e oitenta e dois cêntimos), referente às autorizações de pagamento números 4264 ao 4625.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Chefe de Secção na Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.